



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Agricultura Familiar



Políticas públicas e agricultura familiar

1 Paulo Rogério Gonçalves
2 Cláudia Santos

É comum ouvirmos falar de política como algo que deve ser praticado por poucas pessoas. Que só quem estudou para isso é capaz e deve participar da vida política. Também ouvimos falar de política como algo ruim, ou que traz vantagens para poucos. Mas a política é, na verdade, "o modo pelo qual a sociedade, internamente dividida, discute, delibera e decide em comum para aprovar ou rejeitar as ações que dizem respeito a todos os seus membros"³. Ou seja, a política trata da vida em sociedade, de como as pessoas diferentes, de grupos diferentes resolvem em conjunto o que afeta a vida de todos.

Na nossa sociedade, o Governo é quem administra o poder público. Ele que dá os rumos políticos do país, propondo projetos e programas para o resto da população (políticas públicas). Mas como a sociedade é dividida em grupos diferentes, todos pressionam o Governo de acordo com seus interesses. Só que

alguns desses grupos tem mais poder de influenciar o Governo. E, em vez de ele trabalhar para todos, acaba fazendo a vontade de uma minoria. Essa minoria, a elite, tem inúmeras vantagens sobre os outros grupos. A elite representa apenas 1% da população brasileira, mas 53% de toda a riqueza do país está nas mãos dela. Ao mesmo tempo, o Brasil tem 52 milhões de miseráveis, 17 milhões de analfabetos, 25 mil trabalhadores escravos, 18% de desempregados.

Dentre os tantos que não fazem parte desta elite, estão as agricultoras e agricultores familiares. Esse grupo social (os trabalhadores rurais), segundo o IBGE (1995), representa 89,3% dos proprietários de terra e produzem, com apenas 20% das terras brasileiras, 47% dos produtos agropecuários. Essas informações mostram que as agricultoras e agricultores familiares são fundamentais para a economia do país. Só que o Governo não tem tratado os trabalhadores e trabalhadoras





EDITORIAL

Esse boletim é resultado de uma série de ações de análises e debates sobre políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Consolida a atuação, neste tipo de trabalho, da ONG Alternativas para a Pequena Agricultura no Estado do Tocantins (Apa-to).

Com o mesmo nome do projeto que lhe deu origem, aprovado em 2005, o boletim Observatório de Políticas Públicas apresenta avaliações sobre políticas públicas agrárias, agrícolas e sócioambientais. É um instrumento para a agricultora e o agricultor familiar compreenderem melhor programas como o Proambiente e Pronat e várias outras ações políticas que afetam a agricultura familiar.

A partir da década de 90, vários países passaram a perceber que, para a melhoria da realidade social, a vigilância da sociedade sobre os atos dos Governos é fundamental. Já que situações como a pobreza não existem apenas pela falta de recursos, mas são conseqüências de políticas públicas que não beneficiam a maioria da população.

Realização:

Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (Apa-to)

Coordenação de projeto:

Paulo Rogério Gonçalves

Edição:

Cláudia Santos

Projeto gráfico e diagramação:

Otávio César

Revisão:

Cláudia Santos

Ilustração:

Otávio César

Fotografia:

Arquivo Apa-to e Cláudia Santos

Tiragem:

2000 exemplares

Financiamento:

Misereor



com a importância adequada. Ainda hoje, as ações voltadas para eles e elas são, principalmente, políticas sociais e não políticas econômicas.

Porém, nos últimos anos, os agricultores e agricultoras familiares estão conseguindo que o Governo crie políticas públicas que os beneficie. Dois exemplos importantes são o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), lançado em 1996, e o Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (PROAMBIENTE). Essas conquistas são frutos do fortalecimento das organizações que representam as agricultoras e agricultores familiares.

A estruturação dessas organizações e sua conseqüente capacidade de disputar com mais força o Governo, vem acontecendo porque os trabalhadores e trabalhadoras rurais têm aprendido os meios certos para fazer essa pressão. Entendendo melhor o que são políticas públicas, os agricultores e agricultoras familiares podem discordar, sugerir novas políticas, falar em pé de igualdade com os representantes do Governo. Outras formas importantes de fazer essa disputa são as mobilizações de massa, os encontros e seminários, a participação em espaços de decisão (fóruns e conselhos).

Como o Tocantins é essencialmente agrícola e, de acordo com informações do IBGE, 76% das propriedades rurais do Estado são identificados como de Agricultura Familiar, as políticas públicas no Estado deveriam ser, na maioria, direcionados para as agricultoras e agricultores familiares. Só que não é isso que acontece. O Estado foi administrado, desde a sua criação, por representantes dos grandes proprietários de terra (latifundiários). E assim, na maior parte das vezes, até as poucas políticas que existem para a agricultura familiar são utilizadas por outros grupos de produtores. Por isso a importância de o trabalhador e a trabalhadora rural saberem cada vez mais sobre políticas públicas. Para que seus direitos sejam garantidos e tenham forças para lutar pela melhoria da vida no campo.

1 *Agrônomo - Associação Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (Apa-to)*

2 *Jornalista e comunicadora popular.*

3 *CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2001. p. 370.*

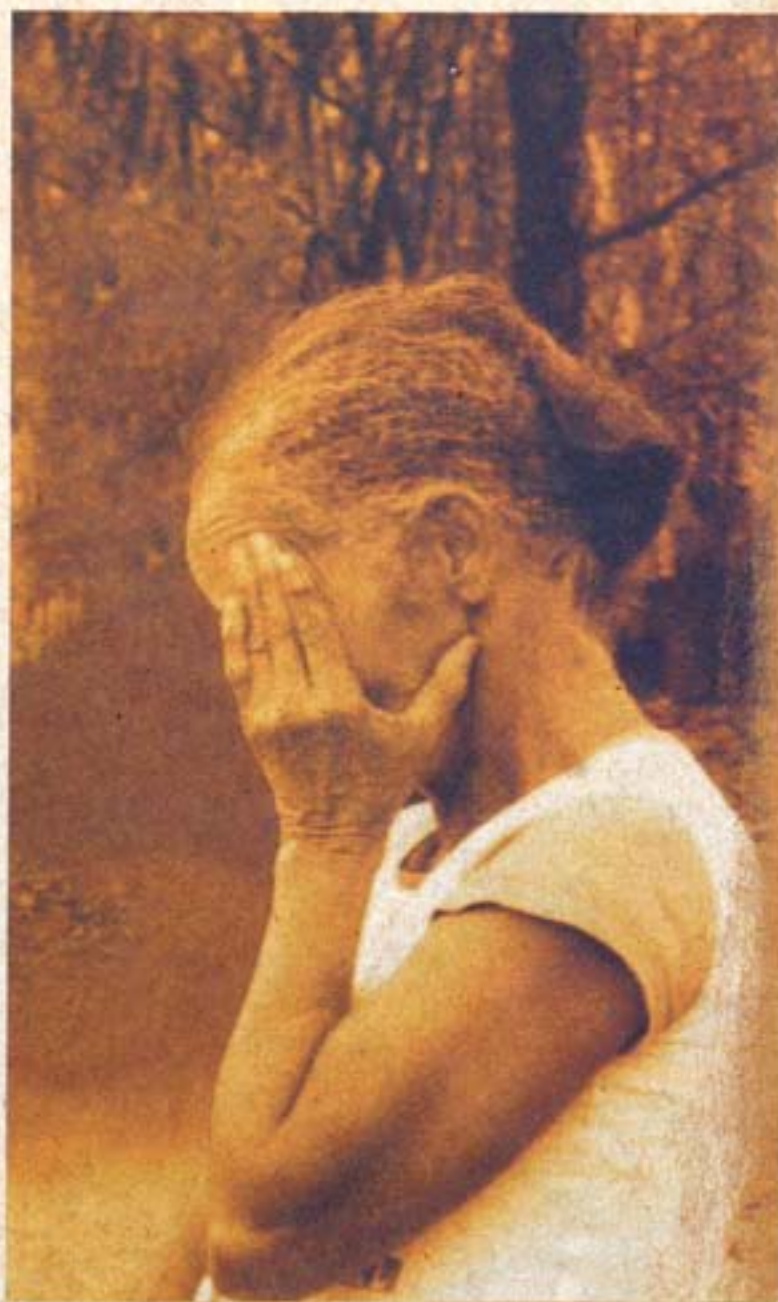
A POLÍTICA AGRÁRIA BRASILEIRA: POUCA TERRA SOB OS NOSSOS PÉS

- 1 Edmundo Rodrigues Costa
- 2 Maria dos Anjos Rodrigues de Sousa
- 3 Paulo Rogério Gonçalves

O Brasil é um país onde a terra pertence a poucos, em que 45% do solo brasileiro está nas mãos de apenas 1% dos produtores rurais. Pior que isso, grande parte dessas propriedades são latifúndios improdutivos. Ou seja, são uma grande quantidade de terra que não produz nada. Enquanto isso, quase 4 milhões de famílias não tem direito a um pedaço de chão para plantarem suas roças e alimentarem seus filhos.

As pequenas propriedades produzem a maior parte dos alimentos no país. Mais que os latifúndios que, na maioria, são improdutivos. As pequenas propriedades também geram mais empregos e qualidade de vida no campo. Por que, então, não é feita uma reforma agrária que reparta os latifúndios em pequenas propriedades e as distribua para esses 4 milhões de famílias sem terra?

Entre os anos de 1995 e 2003, segundo dados do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o governo Fernando Henrique Cardoso assentou 524.380 famílias no campo. Mesmo algumas famílias tendo sido assentadas, outras políticas adotadas pelo governo causaram, entre 1995 e 2003, a expulsão de aproximadamente 600 mil famílias. O que é provocado, principalmente, pelo agronegócio, pela criação de hidrelétricas e a falta de condições para o agricultor e agricultora familiar produzirem e viverem no campo com dignidade. Desta forma, podemos dizer que não houve reforma agrária. O que existiu foi que,



Famílias assentadas no Brasil no governo de LULA
Metas e propostas alcançadas.



Ano	Meta (Famílias)	Famílias apresentadas pelo Incra como assentadas	Famílias assentadas em assentamentos criados entre 2003 e 2004	Famílias reassentadas em assentamentos criados antes de 2003
2003	30.000	37.000	12.525	24.475
2004	115.000	80.000	25.735	54.265
2005	115.000	127.506	-	-
2006	140.000	-	-	-
Total	400.000	244.506	38.260	-

Fonte: Jornal Brasil de Fato edição 113, 28/4 a 04/5 de 2005 e Agencia Carta Maior, 24/1/2006

enquanto algumas famílias eram assentadas em projetos de reforma agrária, outras continuavam sendo expulsas em função da política de desenvolvimento adotada pelo Governo Federal, mantendo-se, assim, a injustiça na distribuição de terras.

Em 2003, o Governo LULA inicia sua gestão e elabora o II Plano Nacional de Reforma Agrária. Mas o plano apresentado deixa muito claro que, ao contrário do que todos esperavam, a proposta do governo não é uma reforma agrária ampla e massiva, que beneficie a todos os que precisam. Dos 4 milhões de famílias sem terra, ele propõe assentar apenas 530 mil, ou seja, somente 13% das famílias sem terra do Brasil. Nesse ritmo, o governo

levaria 30 anos para assentar a atual quantidade de famílias sem terra, isso se novas famílias não fossem expulsas do campo.

A situação fica pior quando percebemos que nem mesmo o compromisso assumido pelo governo foi cumprido. Ao contrário, do número de famílias que deveriam ser assentadas entre 2003 e 2006, pouco mais da metade foi atingido. E nesse pequeno número de assentamentos feitos pelo governo, parte dele é de famílias reassentadas. Ou seja, em vez de o governo criar novos assentamentos, ele fez o cadastramento do novo morador de um lote ou substituiu um assentamento irregular.

A REFORMA AGRÁRIA NO TOCANTINS



No Tocantins, os conflitos agrários já vêm de longas datas. Entre os anos de 1988 e 2004 foram registrados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) 379 casos de conflitos no campo, 23 assassinatos, 2.470 trabalhadores escravos resgatados, dentre outras situações. São décadas de sofrimento e luta do povo tocantinense contra o latifúndio, coronéis, jagunços.

Em um de seus discursos, o governo Lula prometeu assentar as famílias que estivessem acampadas na beira das estradas. Disse também que as áreas da União seriam prioritárias para criação de novos assentamentos. Com isso,

multiplicou-se o número de acampamentos de trabalhadores(as) rurais em todo país. No Estado do Tocantins, onde não havia prática de acampar, surgiram 36 acampamentos, com 4.303 famílias. Isso representa um salto de mais de 350% em relação ao ano de 2002, ano em que só houve 4 acampamentos, com 120 famílias, segundo informações da CPT.

O aumento no número de acampados, apesar de tudo, não significou aumento no número de famílias assentadas. No Estado, as metas que deveriam ser atingidas sequer estão sendo alcançadas. Para os anos de 2003 a 2005,



deveriam ser assentadas 7.620 famílias, mas apenas 2.543 foram assentadas. As outras 3.385 famílias foram reassentadas.

Essas informações mostram que além das metas propostas pelo Governo serem bem menores que o necessário, elas ainda não estão sendo cumpridas. Por outro lado, com o apoio do governo ao agronegócio, os conflitos e ameaças aos posseiros têm aumentado. Principalmente por causa do avanço das monoculturas de soja e outros cultivos.

Além dos problemas sociais, a monocultura de soja já está causando graves problemas para a saúde da população e para o meio ambiente, como o envenenamento das águas e das pessoas, a destruição de nascentes em consequência do desmatamento e, claro, a destruição de toda a biodiversidade do cerrado. No município de

Campos Lindos, maior produtor de soja da região, trabalhadores foram resgatados da escravidão.

Também há denúncias de morte de duas crianças com suspeita de envenenamento por causa de produtos jogados nas lavouras de soja. Ainda, durante boa parte do ano, os moradores daquelas proximidades são impedidos de tomar banho ou beber água dos rios e riachos, pois a água fica totalmente envenenada.

Ao contrário do que se esperava para o mandato de Lula, os conflitos no campo não terminaram. Em 2005, houve aumento das tensões e conflitos. Foram cinco grupos despejados e oito ameaçados de expulsão, o que soma aproximadamente 300 famílias, segundo o relatório de Avaliação CPT Araguaia/Tocantins, 2005.

Na região norte do estado, esses conflitos se destacam no município de Araguaína, Palmeirante, Babaçulândia, Santa Fé, Goiatins, Campos Lindos, Darcinópolis. Inclusive, numa operação da Polícia

Famílias assentadas no Tocantins no governo de LULA
Metas e propostas alcançadas.



Ano	Meta (Famílias)	Famílias assentadas	Famílias assentadas em assentamentos criados entre 2003 e 2005	Famílias assentadas em assentamentos criados antes de 2003
2003	1.020	1.036	382	654
2004	2.600	1.780	170	1.610
2005	4.000	3.112	2.091	1.021
Total	7.620	5.928	2.543	3.285

federal (PF) denominada "Terra Nostra", foi presa uma quadrilha de 15 pessoas da região de Araguaína, acusadas de grilagem de terras. Dentre os acusados, estão donos de cartórios, policiais civis e até um funcionário do INCRA. Essa é apenas uma mostra da gravidade do problema.

Há casos também de grilagem do Estado em terras da União. No município de Araguatins, 300 mil hectares de terras da União foram tituladas pelo Instituto de Terras do Tocantins (ITERTINS), que regularizou imediatamente as áreas em proveito de fazendeiros. Por outro lado, não há nenhuma política do governo estadual para regularizar as posses dos pequenos posseiros, tão pouco o INCRA consegue assentar famílias nas terras da União. Há, na verdade, um descaso por parte dos órgãos competentes ao tratarem da questão.

A verdade é que para favorecer fazendeiros e especuladores, o governo do Estado e o legislativo atendem prontamente, como no caso da Área de Preservação Ambiental (APA/CANTÃO). O governo do estado enviou

para a Assembléia Legislativa um projeto de lei para reduzir a APA em 89%. E numa rapidez nunca vista o projeto de lei foi aprovado. Não fosse a mobilização da sociedade e a ação do Ministério Público Federal (MPF), junto com Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), a APA teria sido reduzida e, em consequência, o cerrado sofreria um processo acelerado de desmatamento.

Outros problemas estão surgindo por causa da construção das Usinas hidrelétricas de Peixe e Estreito. Mais de 10 mil pessoas, agricultores familiares e assentados, serão atingidos. E o número de famílias assentadas é mínimo diante da necessidade, já que só cresce o número de famílias expulsas das terras. A previsão é de os conflitos ficarem mais graves. Por isso, depois de apresentarmos todas essas informações, avaliamos que a concentração de terras no Brasil, durante o governo LULA, tende apenas a aumentar.

- 1 Educador popular, formado em história - Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins (CPT)
- 2 Educadora popular, formada em letras - Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins (CPT)
- 3 Agrônomo - Associação Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (Apa-to)

Demanda por Terra no Estado:

Qual a quantidade de famílias sem terra que temos no Tocantins?

Segundo o Plano Regional do INCRA, a demanda potencial¹ pela terra no Estado é de 73.327 famílias. Um número tão elevado ocorre porque, no Tocantins, apenas 5 % das terras é ocupado por áreas de até 100ha. Dessas 73.327 famílias, 6.325 estão acampadas nas beiras das estradas, 18.000 residem em áreas rurais, 21.077 são posseiros, 2.000 são quebradeiras de coco babaçu. Todos aguardam um pedaço de terra ou a regularização da área na qual já vivem há muitos anos.

Mas ainda há terras no Estado do Tocantins para regularizar a vida de tanta gente?

Só de posseiros (famílias que vivem nas suas terras, mas sem domínio legal sobre elas), a estimativa é de mais de 20 mil famílias. E o INCRA, infelizmente, até dezembro de 2005, não regularizou a situação de nenhuma delas. As que não foram expulsas pelos fazendeiros continuam na terra, mas ainda como posseiros. O Instituto de Terras do Tocantins (ITERTINS), que, da mesma forma que o INCRA, tem o papel de regularizar a situação das áreas de posse no Estado, prefere não regularizá-las. Ao contrário, ele as mantém como reserva de terras para o agronegócio.

As áreas devolutas (públicas) de posse do governo federal, são 2 milhões de há, conforme cadastro do INCRA de 2003. Destas, mais de 60% estão ocupadas por fazendeiros, o que dá, em quantidade de terra, 1,2 milhões de há. As áreas que estão nas mãos dos fazendeiros, se fossem arrecadadas pelo INCRA, permitiriam o assentamento de aproximadamente 24 mil famílias. E poderia chegar a 50 mil famílias assentadas se houvesse maior controle do INCRA sobre a situação das terras. Isso porque os dados do INCRA são declaratórios, isto é, são os proprietários que declaram terem o título da terra (permitindo a existência de muitos títulos falsos). Desta forma, são ainda maiores as áreas públicas do Estado que deveriam ser aproveitadas para assentamentos.

Possuímos ainda áreas devolutas de posse do Estado e muitos latifúndios improdutivos. Assim, seria possível assentar tranquilamente a demanda potencial de famílias sem terra do Tocantins. Porém, para isso, seria necessário vontade política tanto do governo Federal como do governo Estadual.

¹ Quantidade de famílias que necessitam ser assentadas ou regularizadas.